

...e se forem rosas?

Para tentar resolver o problema da isonomia, o Executivo federal deve negociar com cerca de 200 ou mais sindicatos de funcionários civis, além de sofrer a pressão das bases militares, das quais são interpretados os quatro ministros fardados. O ministro da Saúde tem apetite pantagruélico e exige do ministro da Fazenda aquilo que ele não pode dar. Não há dinheiro para aumentar o funcionalismo, pagar hospitais, consertar estradas, investir em telecomunicações e o mais que se necessita, mas se insiste em fazer a transposição das águas do São Francisco. A Previdência Social se transformou na nova saúva — “ou o Brasil mata a saúva, ou a saúva mata o Brasil”, dizia-se nos anos 40 — que levará o País à morte se o Congresso e os aposentados, sem contar os que se pretendem aposentar segundo os atuais critérios, não consentirem em que se alterem as normas estabelecidas para a aposentadoria — basicamente, fixando só uma, a idade. O Congresso parece empenhado em dar mais que razão ao castilhismo-borgista, que segundo alguns infelicitou, pelo positivismo aculturado às plagas gaúchas e depois transferido para âmbito nacional, o Brasil durante anos nem para votar o Orçamento ele se reúne, e como as medidas provisórias permitem que o presidente da República legisle sobre o que considera urgente, de fato o Poder Legislativo confessa sua inutilidade. Os Estados da Federação travam luta inglória para atrair indústrias, reduzindo impostos e permitindo que os que atenderam ao apelo façam o que se diria concorrência pouco correta aos que não foram e devem recolher mais impostos (transferidos para os custos dos produtos) nos Estados onde permaneceram. No Sul, a pretexto de fazer do Brasil uma Federação de fato, fala-se em Confederação. O Rio de Janeiro é um Estado convulsionado e há cidadãos presantes que desejam colocar as Forças Armadas para fiscalizar as divisas com outros Estados a fim de impedir a entrada de ar-

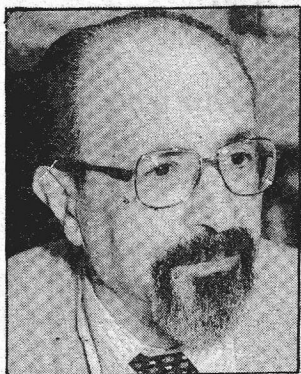
mas, munições e drogas — isso para não falar no roubo de munição e armamento das Forças Armadas, que muitas vezes se recusa via negociação com os criminosos, mas não via aplicação do Código Penal.

Esse é o quadro real (ou seria mais correto falar *concreto*?) do País. Assusta verificar que, apesar do que indica de crise e perda de controle da situação por parte do Estado, os ânimos estão alentados e o futuro é visto como róseo. Tudo porque a inflação caiu das alturas para níveis que se supõem suportáveis e porque as últimas pesquisas eleitorais indicam que o adversário da Ordem vê diminuir dia a dia suas possibilidades de vitória — em outubro. O que me espanta, afora

todos os atores principais estar usando óculos cor-de-rosa — o que aberrando do bom senso para não dizer da natureza das coisas — é verificar que são poucos, muito poucos, os que pensam em janeiro.

Apesar do que se diga do presidente da República e de seu modo todo especial de governar, ele é um dos que estão preocupados com janeiro, tanto assim que, ao que se noticiou, deseja que os candidatos tomem conhecimento da real situação do Tesouro

e do Orçamento que encontrarão em 1995. O ministro Ricúpero é outro preocupado, tanto assim que quer fazer, por dois turnos de votação e 3/5 das duas Casas do Congresso, as reformas constitucionais que não foram feitas por maioria absoluta em dois turnos durante a revisão em sessão unicameral. Sonho de uma noite de verão, desespero diante da situação, ou lenta pavimentação de uma carreira política, cujo desenlace se entrega à deusa Fortuna? Para os demais, como as coisas são vistas pelo prisma cor-de-rosa, tudo são flores. Apenas se esquecem, esses marcyanos que usam óculos coloridos, que a corbelha pode ter apenas rosas, que além de viver o que vivem as rosas, *l'espace d'un matin* como dizia o poeta, normalmente têm espinhos, que machucam os dedos de quem as recebe e às vezes deles tiram um pouco de sangue.



■ Oliveira S. Ferreira é diretor do “Estado”

O que me espanta é verificar que são poucos, muito poucos, os que pensam em janeiro

mas, munições e drogas — isso para não falar no roubo de munição e armamento das Forças Armadas, que muitas vezes se recusa via negociação com os criminosos, mas não via aplicação do Código Penal.